Estratégia
OAB

2º SIMULADO DE 2ª FASE

OAB

DIREITO PENAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no YouTube
instagram.com/estratégia OAB

ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase em do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós se você der o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *Whatsapp* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Luiz, 61 anos, primário e de bons antecedentes, foi denunciado pela prática do delito de homicídio qualificado por motivo fútil (art. 121, § 2º, II, do Código Penal). Segundo narrou a exordial acusatória, no dia 20 de abril de 2019, por volta das 20:00h, Luiz estava em uma festa folclórica quando apareceu Rui Astolfo, seu antigo desafeto. Rui Astolfo começou a assediar as filhas de Luiz, bem como proferir palavras que ofendiam a dignidade das jovens. Em razão dos acontecimentos, ambos começaram a discutir e, exaltado, Rui Astolfo deu um soco em Luiz. Enraivecido e com a intenção de ferir seu agressor, Luiz arremessou um vaso em direção de Rui. Porém, o mesmo se esquivou e o vaso acabou acertando o índio Ubiraci, pertencente à tribo Xavante, o qual estava no local contando as histórias de seu povo. Ubiraci não resistiu aos ferimentos e morreu no local. Ao presenciar todo o acontecimento, Martinico, policial federal, prendeu Luiz em flagrante. Após relatório do Inquérito Policial, os autos foram encaminhados para o Ministério Público Federal que ofereceu denúncia nos termos descritos.

O juiz da 1ª Vara Federal Criminal e do Júri da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT concedeu liberdade provisória ao acusado, recebeu a denúncia e determinou a citação do réu para apresentar resposta à acusação. Por não ser caso de absolvição sumária, foi designada audiência de instrução e julgamento, oportunidade que foram ouvidas as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, e ao final, o interrogatório do réu. As partes apresentaram suas alegações finais orais e o juiz, em decisão proferida em 10/02/2020 (segunda-feira), pronunciou Luiz nos termos da denúncia, por haver prova da materialidade delitiva e da existência de indícios suficientes de autoria (art. 413, CPP). A defesa interpôs o recurso cabível após a leitura da decisão de pronúncia. A acusação não recorreu.

A defesa foi intimada para apresentar a medida judicial cabível no dia 04 de março de 2020 (quarta-feira).

Com base somente nas informações de que dispõe, na qualidade de advogado(a) de Luiz, redija a peça cabível, exclusiva de advogado, alegando para tanto toda a matéria de direito pertinente ao caso, datando-a no último dia do prazo.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia Carreira Jurídica

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Estratégia Carreira Jurídica

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

Estratégia Carreira Jurídica

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

Estratégia Carreira Jurídica

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

Estratégia Carreira Jurídica

QUESTÃO 1

Paulo, Tadeu e Davi residem na cidade de Cristais/MG e são conhecidos no meio policial por receptarem produtos oriundos de furtos e roubos cometidos na região. Nenhum dos três se conhecem e nunca cometeram infrações penais juntos. Ocorre que, em 21/01/2020, Paulo recebeu a ligação de Pedro informando que realizaria um grande roubo e se Paulo tinha interesse em receber os produtos. Devido a grande quantidade de produtos, Paulo começou a realizar contatos nos seus meios e conheceu Tadeu e Davi. Assim, os três se reuniram para a receptação destes produtos. Concluído com o êxito a empreitada, Paulo, Tadeu e Davi dividiram os produtos e cada um seguiu para a sua casa. Elaine, delegada de polícia, desconfiada da atitude de Paulo, determinou que os investigadores de polícia realizassem a interceptação da comunicação do investigado. Depois de 10 (dez) dias de interceptação, descobriu-se a participação de Paulo, Tadeu e Davi na receptação dos produtos oriundos de roubo realizado por Pedro. O Ministério Público ofereceu denúncia contra os acusados pelos delitos previstos nos artigos 180 e 288, ambos do Código Penal, em concurso material. Preocupado com a situação, Paulo, procura você, na qualidade de advogado (a).

Considerando somente as informações fornecidas pelo enunciado e que a denúncia foi recebida, mas ainda não houve a citação dos acusados, responda de forma fundamentada:

a) Qual a tese de direito processual poderá ser alegada, em eventual resposta à acusação? Fundamente e justifique a sua resposta.

b) Qual a tese de direito material poderá ser alegada, em eventual resposta à acusação? Fundamente e justifique a sua resposta.

Estratégia Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia
Carreira jurídica

QUESTÃO 2

Paulo, nascido em 04 de março de 2002, foi denunciado pelo delito previsto no artigo 250 do Código Penal, por ter incendiado, em 22 de fevereiro de 2020, o carro alegórico da agremiação carnavalesca "Unidos do Disjuntor Caído". Preso em flagrante, Paulo foi conduzido ao distrito policial e em seu interrogatório no âmbito policial confirmou os fatos e disse que o realizou em virtude do comportamento abusivo de Ana, diretora de referida agremiação. O Ministério Público ofereceu denúncia e o juiz recebeu, em decisão proferida em 2 de março de 2020 (segunda-feira). Paulo foi citado no dia 6 de março de 2020 (sexta-feira). Considerando apenas as informações fornecidas pelo enunciado, responda de forma fundamentada:

a) É possível a adoção de alguma medida judicial, diversa de habeas corpus? Se sim, qual? Qual o último dia do prazo?

b) Qual a tese de direito material poderá ser alegada, em eventual peça a ser apresentada no item A?

Estratégia Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia Carreira Jurídica

QUESTÃO 3

Paulo invade um cemitério público na cidade de São Paulo disposto a furtar um vaso de bronze para presentear uma esposa. Durante a ação, quando já estava tirando o vaso da jazido, depara-se com um vigilante particular que faz a ronda no cemitério. Diante da ordem para largar o objeto, e temendo ser alvejado, dispara a arma de fogo e o projétil vem a atingir o vigilante fatalmente. Paulo, desesperado com os acontecimentos, deixa o local do crime sem levar o objeto. Diante dos fatos narrados e considerando apenas as informações do enunciado, responda de forma fundamentada:

a) A conduta de Paulo é considerada infração penal? Se sim, qual? Fundamente e justifique a sua resposta.

b) Qual seria o juízo competente para processar e julgar possível infração tipificada no item "A"? Fundamente e justifique sua resposta.

Estratégia Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia
Carreira Jurídica

QUESTÃO 4

Diego ingressou na residência de Rodolfo e subtraiu alguns equipamentos eletrônicos, que, posteriormente, foram avaliados em R$ 100,00 (cem reais). Quando estava saindo da casa, Diego foi surpreendido por Rodolfo. Desesperado e não querendo ser preso, Diego agride Rodolfo, causando-lhe lesões corporais de natureza leve, e foge, deixando cair na rua os bens subtraídos. Entretanto, Diego é detido por policiais militares que estavam em patrulha.

a) Diego responderá por quais crimes? Fundamente.

b) Responderá pela forma tentada ou consumada? Explique.

c) É possível aplicar o princípio da insignificância? Explique.

Estratégia Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia
Carreira jurídica